
**ENTREVISTA CONCEDIDA A FABRÍCIO AUGUSTO
SOUZA GOMES DOS SANTOS E GRIMALDO CARNEIRO
ZACHARIADHES**

MARILENE ANTUNES SANT'ANNA

Professora de Didática e Prática de Ensino do Departamento de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora dos cursos de História e Pedagogia da UNISUAM. Coordenadora do curso Lato-Sensu em História do Brasil: ensino e pesquisa na UNISUAM. Graduada em Pedagogia pela UERJ (1992). Graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999), mestre (2002) e doutora (2010) em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Colaboradora do Núcleo Interdisciplinar de pesquisa em História da Educação e Infância (NIPHEI/ UERJ). Membro do grupo de pesquisa do Laboratório de Ensino de História LEH/CAp – UERJ.

Perspectiva Histórica - A nova Lei 13.415/17, aprovada pelo Congresso Nacional este ano, que instaurou a Reforma do Ensino Médio, excluiu a disciplina História da relação de componentes curriculares obrigatórios nesta etapa da educação escolar. Como a senhora vê esta medida?

Marilene Sant'anna - *Tudo ainda muito nebuloso. Pelo texto da nova Lei 13.415/17, apenas matemática, língua portuguesa e inglês são consideradas disciplinas obrigatórias. Educação física, Artes, Sociologia e Filosofia serão incluídas obrigatoriamente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como “estudos e práticas”. Aqui, inclusive, cabe não esquecer que essas quatro disciplinas só foram incorporadas porque houve pressão de alguns grupos para que estivessem presentes no texto da lei. Já a história e a geografia não foram sequer mencionadas. O MEC já deu declarações afirmando que a presença da História é imprescindível e que tudo é mais uma questão de nomenclatura entre os termos disciplina e componente curricular do que propriamente um*

esvaziamento dos conteúdos da história. Não acho que é uma questão de nomenclatura. Acho tudo propositalmente muito vago. O que a lei quer dizer com estudos e práticas? Por exemplo, eu como professora de História ou qualquer outra disciplina, poderei trabalhar, através de “estudos e práticas”, com Filosofia, Geografia, Sociologia, etc., dispensando assim o docente formado naquela área? Se a lei não determina a obrigatoriedade da disciplina, mas de seus “estudos e práticas”, dessa forma os conteúdos não poderão estar diluídos em outras disciplinas? Sendo assim, não podemos inclusive pensar a volta de estudos sociais para as áreas de História e Geografia? Em um país como o Brasil, onde o ensino da História foi criado em meados do século XIX para perpetuar os deveres com a Pátria, os heróis oficiais, e onde, até hoje, permanecem no currículo e nos livros didáticos, ausências dos conflitos e das lutas de vários grupos, o governo querer esvaziar os conteúdos e debates em torno da História é, no mínimo, vergonhoso e preocupante.

P H - Outra alteração importante da Lei 13.415/17 foi em relação a exigência para o exercício da profissão docente, ao possibilitar a admissão de "profissionais com notório saber" para ministrar disciplinas do currículo básico. Quais os perigos para a educação dos alunos tal medida?

M S - *Tenho tentado acompanhar através de eventos, palestras, vídeos e de algumas notícias publicadas nos fóruns e associações da Educação e da História, os debates em torno da lei 13.415. E tem vários problemas que vêm sendo pontuados. O primeiro é a proposta ter surgido por meio de medida provisória. É inadmissível um texto que altera a LDB não ter sido amplamente discutido pela sociedade civil, principalmente entre os jovens e os educadores. Depois ainda têm as questões da carga horária de 1.400h anuais. Como ela será implementada? O que fazer com o(a) aluno(a) que trabalha? Como a BNCC será distribuída ao longo do ensino médio? Qual a carga horária de cada disciplina dentro da Base? Enfim, são muitas questões. Uma das*

mais sérias é a que você me pergunta. A nova lei estabelece que as escolas poderão contratar profissionais com notório saber para as aulas nas "áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada". Na prática, nós já temos diversos professores atuando que não são licenciados ou não possuem a respectiva licenciatura. Por exemplo, temos professores licenciados em história, mas que dão aula de Filosofia, Sociologia e até Religião nas escolas. A lei, portanto, vai expandir ainda mais isso. E com a reforma trabalhista que também está sendo articulada, as escolas privadas, por exemplo, vão poder contratar indivíduos com notório saber para lecionar diminuindo a contratação de professores licenciados. E como fica o ensino? Alguém sinceramente acredita que isso não vai impactar ainda mais a qualidade do ensino? Uma boa formação é indispensável para um professor. Ensinar bem não requer apenas saber o conteúdo. Não mesmo. É preciso refletir sobre várias

questões pedagógicas, emotivas, psicológicas, históricas, e uma boa formação de professores ajuda muito.

P H - A senhora trabalha na formação de professores de história nas universidades. Muitos alunos quando começam sua carreira docente, costumam afirmar que o que eles aprenderam na universidade não se aplica na sala de aula. "Na teoria é uma coisa, mas a prática é totalmente diferente." Como a senhora percebe isso e como fazer com que a licenciatura em história seja mais próxima da realidade encontrada pelos futuros professores?

M S - *Trabalho no ensino superior desde 2002 e nas licenciaturas desde 2008. Ouço muito essa fala do(a) aluno(a) no momento em que cursam a disciplina de estágio. Quando voltamos das primeiras visitas feitas nas escolas, essa frase "na teoria é uma coisa, mas a prática é outra" aparece muito e geralmente vem seguida de um desânimo, que é preciso reverter. Penso que historicamente, como lembra professor Demerval Saviani, há dois modelos impostos nos*

cursos de formação de professores: aquele pautado no domínio dos conteúdos de sua área de conhecimento e aquele que prepara para a reflexão e atuação nas questões didáticas e pedagógicas do ser professor. Há um enorme desafio em articular esses saberes dentro da própria universidade e em dialogar com as escolas. Estamos agora na UERJ e, me parece que o movimento é coletivo nas universidades públicas e privadas, discutindo o parecer 02/2015 do Conselho Nacional de Educação que trata da formação inicial e continuada do profissional do magistério, e esse documento tem um texto excelente no que se refere a ênfase que deve ser dada à organicidade entre a universidade e a escola básica. Tomara que, em meio a tudo que acontece no cenário da educação brasileira, possamos ter realmente a implementação dessa parceria. Na minha opinião, o futuro professor de História, assim como também das demais licenciaturas, deve ter desde muito cedo inserção na escola básica. A escola não pode ser algo abstrato que ele discute do lado de fora.

P H - Quais os principais desafios que um discente encontrará ao escolher a carreira de professor de história do ensino básico tanto na esfera particular quanto pública?

M S - *Nossa! Difícil essa pergunta. Acho que os primeiros desafios dizem respeito à estrutura escolar, principalmente na escola pública. Faltam investimentos, professores, recursos, remuneração justa pelas horas de trabalho em sala de aula ou externamente.*

Em particular ao professor de História, penso que o maior desafio é refletir sobre o que é ensinar História. O que, na verdade, eu como professor(a), gostaria que meus alunos aprendessem nas aulas de História? O conhecimento a ser produzido com os(as) alunos(as) será baseado na enumeração de datas, fatos, contextos ou eu pretendo despertar o gosto pelo conhecimento histórico articulando com questões do dia a dia dele? Trabalhado nessa segunda perspectiva, o ensino de História possibilita o desenvolvimento de um exercício crítico diante do passado, ou seja, o aluno vai conseguir compreender e

atribuir sentidos às ações humanas de diferentes temporalidades e, ainda refletir sobre como tais sentidos, podem ou não, ser aplicados no tempo presente em que vive e no futuro que virá para si e para os grupos nos quais participa, atuando, portanto, nesse futuro como indivíduo e cidadão.

P H - Vivemos tempos obscuros desde, pelo menos, a queda da presidente Dilma Rousseff. Projetos como "Escola sem Partido" procuram censurar o professor dentro da sala de aula. Como o professor de História deve abordar temas sensíveis na sala de aula sem querer ser um doutrinador?

M S - *O professor deve abordar temas sensíveis sempre que achar importante. Se ele achar que conversar sobre determinado assunto ajudará a preparar a criança e o jovem para a vida, ele não pode se omitir de apresentar e debater com a turma tal assunto. Muitos comentários atuais nas redes sociais dizem que a escola deve se ater ao papel de instrução, no sentido de proporcionar o domínio dos conhecimentos sistematizados. Mas, é preciso*

entender, que as relações entre professores, alunos e os conteúdos estão inseridas nas relações sociais, políticas, históricas, culturais de uma sociedade. Não dá para esquecer o que acontece do lado de fora da escola. A escola não pode ser isolada. Ela tem que ser pluralista, inclusiva, falar de todos os assuntos que se tornarem relevantes através das vivências dos alunos e da comunidade escolar.

Por exemplo, tenho escutado dos meus alunos a dificuldade dos professores de história de tratarem de questões religiosas. Professores de escolas religiosas sendo obrigados a abordar conteúdos religiosos nas aulas de história, ou por outro lado, mal compreendidos e censurados ao falarem, por exemplo, das religiões de matrizes africanas. Trabalhei em uma escola em que fui chamada pela diretora que havia recebido a reclamação de uma mãe de que eu só falava da Igreja Católica nas minhas aulas. Expliquei que estava lecionando sobre História Medieval e que, portanto, era inevitável falar da Igreja Católica e que, mais tarde, falaria do protestantismo. Marqueei

várias páginas do livro didático da aluna com post-it para demonstrar o conteúdo e chamei a mãe para uma conversa que nunca aconteceu. Com a turma, voltei a conversar sobre a origem da Igreja Católica, judaísmo, luteranismo, etc. Penso que o professor pode e deve trabalhar com todos os temas e apresentar argumentos e permitir que o aluno dialogue e formule seu próprio conhecimento sobre o assunto.

Outro exemplo, é o que a escola sem partido chama de ideologia de gênero. Não se pode falar nada sobre desigualdades entre homens e mulheres, muito menos debater sobre a violência contra mulheres, gays, transexuais, etc, que afirmam que o professor está influenciando a orientação sexual e identidade de gênero dos estudantes. Como vou dar aula de história sem abordar as desigualdades econômicas, políticas, as questões morais que diferenciaram homens e mulheres na nossa sociedade? Como vou me calar diante dessa violência que dura mais de 500 anos no Brasil? A escola tem que preparar para a realidade, para o aprendizado de conceitos que

ajudarão os estudantes a entender o mundo. A sala de aula e outros espaços escolares são feitos de trocas e compartilhamentos. Como calar isso? Não vou concordar nunca.

PH - Como deve ser a relação entre o professor de História e as novas tecnologias em sala de aula? É possível adequar as redes sociais às novas metodologias do ensino de História?

MS - *Como uma imensa literatura já tem tratado, a evolução das tecnologias trouxe uma reestruturação em toda a sociedade com reflexos também na educação. Por isso, é preciso repensar as formas de ensino e aprendizagem. O professor precisa desenvolver metodologias, que possam despertar o interesse, estimular a criatividade e a problematização dos conteúdos e as novas tecnologias têm ajudado muito nisso. No meu caso, como professora universitária, promovo inúmeros trabalhos em sala de aula a partir da análise de fontes disponíveis na internet. Imagens, documentos oficiais, jornais, mapas históricos, têm me*

ajudado bastante a trabalhar diversas questões em diferentes processos históricos. Também faço uso de redes sociais compartilhando filmes, imagens, textos acadêmicos, pesquisas, com minhas turmas. Nos dias de hoje, é quase impossível você dar suas aulas sem se apropriar, questionar, retrabalhar o que é discutido nas redes sociais.

PH - Quais seriam os maiores problemas enfrentados pelos professores de História, nos dias atuais?

MS - *Os (as) alunos(as), quando iniciam suas atividades nos estágios supervisionados, reportam muito a dificuldade dos professores em trabalhar com a noção de tempo nas aulas de História. Várias vezes escutam na escola básica o porquê de ter que estudar o passado, e que nada na vida dos jovens vai mudar com a aula de História. O passado tornou-se obsoleto e o futuro vem carregado de uma negatividade, só importando o presente. Voltamos ao que o professor pretende com as aulas de História. De maneira geral, tenho escutado crescentes relatos*

sobre a escola sem partido e a censura e o medo que estão se instalando em sala de aula. Realmente, vivemos um momento de grande retrocesso. Como já falei, procuro conversar com meus alunos que, contra tudo isso, é necessário um amplo debate. É necessário ouvir o outro. É necessário que gestores, famílias, professores, alunos sigam dialogando no espaço escolar.

P H - Como superar o chamado "ensino tradicional" para um ensino inovador e crítico, em sala de aula?

M S - *Pensando nos diferentes recursos, o professor de história pode organizar seu trabalho pedagógico baseando-se em fontes históricas diversas, como documentos escritos, iconográficos, registros orais, etc. Pode ainda usar fotografias, entrevistas, filmes, música, quadrinhos, charges, literatura e informática. Tenho visto vários blogs de professores de História. Iniciativas fantásticas. Esses materiais são de grande valia na constituição do conhecimento histórico e podem ser aproveitados de diferentes maneiras em sala*

de aula. Questões locais, de patrimônio, que envolvem discussões de memória também podem ser interessantes para serem trabalhadas.

P H - Gostariamos de saber sobre sua trajetória acadêmica, se puder escrever, quais as maiores dificuldades enfrentadas e as lições que aprendeu em seu percurso.

M S - *Me lembrei que uma vez estava em uma mesa em um evento com três ou quatro colegas docentes do mesmo curso ao meu lado e que fomos perguntados por que tínhamos escolhido cursar História. Todos responderam que queriam ser historiadores, no sentido de pesquisadores dos arquivos, ou então para compreender melhor o mundo, atuar como cidadão, etc. Fui a única que respondi que escolhi a História para ser professora. Eu já lecionava para as séries iniciais, tinha feito curso normal e também graduação em Pedagogia na UERJ. Mas, mesmo assim, eu queria entender, ou melhor, vivenciar mais, as dinâmicas da sala de aula. Juntei isso ao fato de já gostar das aulas de História como aluna. Fiz vestibular e passei para o*

curso de História na UFRJ. Me lembro que sofri muito nas aulas de teoria e metodologia, porque não tinha entrado com o propósito de discutir conceitualmente os pressupostos do saber histórico. Fui lendo, aprendendo, conversando com colegas. Por volta do quarto período, iniciei na pesquisa através de bolsa de Iniciação Científica e depois participei de grupos de pesquisa. Acabei a graduação, ingressei no mestrado e posteriormente no doutorado. Ao longo dessa jornada, sempre estive envolvida com sala de aula, como professora da rede municipal e estadual e ensino superior. Uma das maiores lições que aprendi e que até hoje compartilho o tempo todo com meus alunos é a vinculação entre pesquisa e ensino. O que eu aprendia na pesquisa, levava para alimentar minhas aulas e em vários momentos, foram as perguntas feitas nas aulas que me guiaram a fazer novas perguntas as fontes.

P H - Qual o futuro do professor de História?

M S - Nas redes sociais, aparece muito um meme que diz mais ou menos o seguinte:

“tenho pena do historiador que terá que explicar toda essa confusão daqui a dez anos”. Aí eu fico pensando que, apesar da reforma do Ensino Médio tentar esvaziar as discussões em torno da área da História e das Ciências Humanas, a própria dinâmica da contemporaneidade e a peculiar situação que temos vivido no Brasil, garantirão ainda muitas pesquisas e debates entre os professores de História. Agora, é preciso ficar atento a tudo o que está acontecendo. A reforma, se colocada realmente em prática, vai afetar a disciplina de História e a educação como um todo, em especial os cursos de licenciaturas. O momento suscita dos estudantes, dos professores de História e de outros docentes também, construção de estratégias de luta. Volto a defender que é preciso capacidade de ouvir e de diálogo, mesmo quando não se concordar com um determinado encaminhamento. Fora isso, é necessário seguir acompanhando o desenrolar da política brasileira, das políticas da educação para promovermos debates com nossos alunos e depois discutirmos também nas



escolas, nas nossas professoras, estratégias
associações de historiadores e coletivas de ação.

R
E
S
E
Z
H
A

R
E
S
E
Z
H
A

R
E
S
E
Z
H
A

